

Edição comemorativa



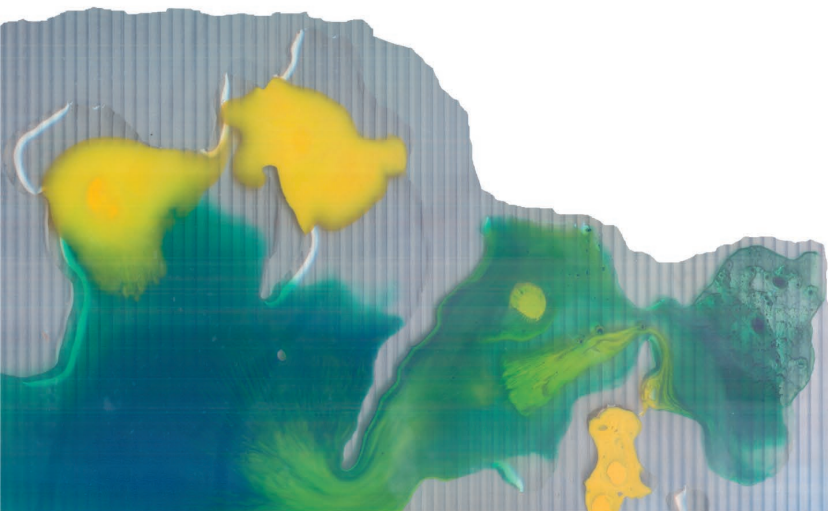
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

v. 24, n. 1-2, jan./dez. 2004

VI Congresso Brasileiro de Geógrafos

Setenta anos da AGB: as transformações do
espaço e a geografia do século XXI



Artigos

MOBILIDADE DO TRABALHO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL NOS CERRADOS PIAUIENSES

MOBILITY OF EMPLOYMENT AND REPRODUCTION OF CAPITAL IN THE SAVANNAH BIOMES OF PIAUÍ

Vicente Eudes Lemos Alves - FFLCH/USP
veudes@terra.com.br

Resumo

Objetiva-se, no estudo, analisar a mobilidade do trabalho e a reprodução do capital nos cerrados piauienses. Busca-se acompanhar as transformações sócio-econômicas e espaciais a partir da territorialização de empresas e de famílias originárias do Sul do Brasil interessadas em desenvolver agricultura modernizada, principalmente associada à produção de soja. Esse processo, apesar de ter seu início nos anos 80 do século XX, se consolida de meados dos 90 em diante, quando houve um aumento do fluxo de empresas monopolistas e de população sulista. Esta última em sua maioria, já se desloca de outra fronteira agrícola, para o Piauí. Diante do modelo econômico que está se impondo nos cerrados piauienses, a nossa perspectiva na pesquisa, é tentar explicar – a partir das orientações teóricas escolhidas e das observações de campo – de que maneira a mobilidade do trabalho e a territorialização do capital se manifestam. Busca-se, por um lado, verificar os impactos produzidos no modo de vida das comunidades locais, centrado, ainda, na relação do homem com seu meio natural e no trabalho concreto. Por outro lado, como se impõe o tempo do trabalho abstrato e como a base do território piauiense se rearticula para a fluidez das mercadorias destinadas aos mercados externos e internos.

Palavras-chave: Mobilidade do trabalho, reprodução do capital, cerrados piauienses .

Abstract

This study aims to analyze the mobility of employment and reproduction of capital within the state of Piauí's savannah biomes. It seeks to follow the social, economical and spatial transformations from the territorialization of enterprises and families originating from the South of Brazil interested in developing modern agriculture mainly associated to the production of soy. This process, despite having its beginnings in the twentieth century's 80's, has its consolidation in the mid-nineties and on, a time in which an increase in the flux of monopolies occurred, as well as in the southern population. In face of the economic model currently imposed upon the savannah biomes of Piauí, our research perspective is to try and explain – from both the theoretical guidance chosen and the field observations – in what way employment mobility and the territorialization of capital manifest. It seeks to, in part, verify the impacts on the way of life of local communities, centering still on the relationship between man and his natural environment as well as on concrete work. On the other hand, it focuses on abstract work time as it is imposed and on the basis of Piauí's territory as it re-articulates itself for the fluidity of merchandise destined to external and internal markets.

Key-words: Mobility of employment, reproduction of capital, savannah biomes of Piauí.

Introdução

Analisar a mobilidade de população passa necessariamente pela compreensão do mundo do trabalho e, particularmente, no período histórico contemporâneo, pela situação de crise do setor produtivo, evidenciada na crescente supressão dos postos de trabalho e de um capital que se volta, cada vez mais, para o setor especulativo. Esse último se reproduz sem a geração do valor trabalho que esteve presente mais intensivamente em outros momentos da história desse sistema.

Uma sociedade produtora de mercadorias, como a nossa, que ainda se sustenta no trabalho humano, se recente quando ela já não consegue dar conta de absorver parte da mão-de-obra disponível. Dessa maneira, cada vez mais um volume de trabalhadores se coloca em movimento, deslocando-se para onde ainda vislumbra possibilidades de alcançar um posto de trabalho, mesmo que isso seja apenas um ato visionário.

No Brasil tal processo se manifesta quando levas de trabalhadores migram pelo território em direções variadas na esperança de um emprego, mas diluída diante das poucas oportunidades que aparecem. São trabalhadores que se transformam em andarilhos, vendedores de sua mão-de-obra por qualquer quantia, às vezes, somente pela comida. Esses sujeitos sociais são partes importantes dessa nova ordem marcada pela crise do trabalho, os quais se tornam descartáveis diante da lógica estabelecida em escala global. Somam-se a eles, outras categorias de migrantes, aqueles que, a rigor, melhor se adaptam aos ditames do mercado. Nesse seguimento de migrantes têm-se, por um lado, os trabalhadores especializados que se deslocam seguindo o rumo da territorialização das empresas. Por outro lado, aqueles que conseguem lidar com as novas regras da economia capitalistas, transformando-se a si próprios em empresários de sua força de trabalho que indiretamente vendem-na ao capital. Referimos-nos, nesse último caso, aos produtores modernizados da agricultura capitalista que se deslocam para as fronteiras agrícolas em busca de novas terras para garantir a reprodução do capital.

Considerando que a migração sempre teve um papel importante na reordenação espacial do país, sobretudo como reserva de mão-de-obra para a valorização do capital, propõe-se nesse texto analisar quais estratégias o capital utiliza para colocar em movimento a força de trabalho de brasileiros nessa passagem do século XX para o XXI. Dito de outra maneira, quais áreas específicas do território brasileiro tornam-se estratégicas na reprodução do capital.

Escolheu para estudo uma região determinada do país, ou seja, os cerrados nordestinos, mas especificamente, o Sul do Piauí. Lembramos, entretanto, que a escolha por um recorte temporal e espacial serve apenas para justificar a concretização empírica de um fenômeno. Ele é resultado, contudo, de múltiplas determinações que são conduzidas por uma lógica geral, comandada pela ação do capital que vai articular distintas ações com vistas a ampliar sua acumulação. São essas as preocupações que norteiam o presente texto.

Nossa perspectiva é tentar explicar, a partir das orientações teóricas escolhidas, de que maneira a mobilidade de trabalho e de capital para os cerrados piauienses contribuem para gerar transformações naquele lugar. Para tanto, corroboramos com a tese de que a história de corrimento da fronteira agrícola no Brasil se confunde com a da acumulação capitalista, na medida em que nos lugares onde o capital se instala ele lança mão das mesmas estratégias para se reproduzir. A saber: cria-se nesses espaços uma rápida bolha de crescimento econômico, no entanto, junto com ela caminha a crise apresentando-se em distintas dimensões; desarticula-se o modo de vida das comunidades tradicionais do local; aprimoram-se (ou repetem-se) as relações de exploração do trabalho alheio; rearticula-se o território para a ampliação da produção e fluidez das mercadorias (entre elas a própria força de trabalho), o que provoca também impactos consideráveis no meio geográfico pré-existente.

Mobilidade do capital e do trabalho nos cerrados nordestinos

A capacidade de se mobilizar e mobilizar o trabalho (característica que lhe é própria) permite ao capital implantar sua lógica em lugares antes organizados a partir de relações tradicionais de produção. Os cerrados nordestinos, particularmente no Sul do Piauí, apresentam-se atualmente como um dos espaços estratégicos de mobilização do capital e do trabalho, o que permite redefinir naquela área novas configurações sociais, econômicas e espaciais.

Araújo (1995, p. 135) classifica essa região como a de “áreas de moderna agricultura de grãos que se estendem dos cerrados do oeste baiano ao sul do Maranhão e Piauí”. Segundo tal autora são nesses domínios onde se sustenta um grande dinamismo econômico resultante da expansão da atividade agroindustrial, sobretudo associada à soja. Haesbaert (1996, p. 382) adota a

expressão ‘novo’ Nordeste para caracterizar a região dos cerrados nordestinos onde “a ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do ‘eldorado’ da soja) faz com que muitos denominem estas áreas de ‘novo’ Nordeste, e alguns políticos (inclusive com apoio de grupos sulistas) já começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura”.

A rigor, a região em questão abrange o oeste baiano e o Sul dos estados do Maranhão e do Piauí. São essas terras as que nos interessa investigar devido ao processo de territorialização do capital que recentemente começou a se desencadear. Esse processo está marcado pela expansão da agricultura capitalista, com configuração de três pólos de modernização: Oeste da Bahia (comandado por Barreiras); Sul do Maranhão (comandado por Balsas) e Sul do Piauí (comandado por Uruçuí e Bom Jesus). Apesar de esses pólos serem parte de um mesmo processo e serem interdependentes, eles apresentam um grau de crescimento econômico diferenciado.

Destaca-se nessa região o Oeste da Bahia, a mais importante área de produção agrícola dos cerrados nordestinos. O processo de modernização teve início, no final da década de 70, no município de Barreiras e suas áreas adjacentes, para onde se direcionou uma corrente migratória de descendentes de europeus com origem (em sua maioria) nos Estados do Sul do Brasil. Esses migrantes são os principais responsáveis pelo modelo implantado nesses domínios, assentado na agricultura produtivista. Hoje, a modernização dessa área segue o comando de grandes empresas do complexo agroindustrial, com concentração de unidades industriais a montante e a jusante do complexo.

O Sul do Maranhão – sendo o município de Balsas o pólo de maior dinamismo – recebeu os primeiros agentes modernizadores também no final da década de 70, associados à pecuária melhorada e a lavoura em maior escala, principalmente de arroz (DINIZ, 1984, p. 13). Os sinais de modernização, no entanto, são mais claros a partir de meados dos anos 80, quando surgem as primeiras cifras de produção de soja nessa área. Na década dos 90 esse fenômeno se consolida, pois a produção dessa oleaginosa segue ano a ano numa escala crescente (GIORDANO, 1999, p. 137). Essa área adota um modelo semelhante ao verificado nos cerrados baianos, qual seja, impulso à modernização conduzido por população sulista; participação do Estado através de políticas de incentivos fiscais e de créditos subsidiados; terras ba-

ratas e em grandes extensões, muitas das quais devolutas transformadas em particulares através da ação de grileiros; participação do PRODECER etc.

Nos anos 80 e, principalmente, nos 90, o fluxo migratório dos grupos apontados para as outras sub-regiões dos cerrados nordestinos, Barreiras e Balsas, passa a ocorrer também no Sul do Piauí. O impulso modernizador nessa última área, no entanto, se dá de maneira mais lenta, somente adquirindo relevância, no volume de migrantes e na instalação de empresas, de meados da década dos 90 em diante.

Apesar de constituir-se mais recentemente como área de ocupação pela agricultura modernizada, o Sul do Piauí é parte do mesmo eixo de expansão do capital nos cerrados nordestinos, que segue um percurso de ocupação inicialmente pelas bordas Sul (Barreiras) e Oeste (Balsas) e logo se expande ao centro geográfico dos cerrados nordestinos, no Sul do Piauí. As estratégias de acumulação do capital em terras piauienses são muito semelhantes às adotadas nos Oeste da Bahia e Sul do Maranhão, na medida em que se adotam os mesmos mecanismos para a territorialização do capital. Coincidem, com a chegada dos primeiros grupos ao Piauí, a implementação de políticas governamentais voltadas para atender a modernização agropecuária naquele Estado, tais como: ampliação das linhas de créditos para a agropecuária e para os reflorestamentos financiados pelo FINOR (Fundos de Investimentos do Nordeste), pelo Banco do Nordeste e do Brasil; implantação ou melhoramento de infra-estrutura viária, de telecomunicações e de energia elétrica; além da grande disponibilidade de terras públicas a preços muito baixos. Tais mecanismos de incentivos econômicos se fortaleceram na década dos 90 com a atuação do PRODECER e com as perspectivas previstas para a construção de corredores viários de exportação destinados ao escoamento da produção dessa sub-região aos grandes portos do Nordeste, especialmente ao complexo portuário de Itaqui/Ponta da Madeira, em São Luis (MA).

A intensificação de relações capitalistas com a chegada de novos grupos econômicos desencadeou transformações importantes no perfil técnico, econômico, social, cultural e espacial do Sul do Piauí. Observa-se ali a introdução de um modelo de gestão do território cujas etapas em muito se assemelham às ocorridas em outras regiões do país da década de 70 em diante. O que particulariza o movimento nos cerrados piauienses é o fato de que há naquela área um grupo social com uma organização específica do território, cujos últimos anos vêm mantendo contato mais diretamente com as formas de atuação do capital monopolista.

Surgem, dessa expansão modernizadora, dois movimentos que se sobrepõem e se confrontam: o novo e o velho. Eles saltam aos olhos já no primeiro instante quando se desembarca nessa área. Depara-se com a construção e a concepção de tempos diferentes, percebidos distintamente quando se visualiza a organização do espaço urbano ou agrícola desse ou de outro momento da história do Sul do Piauí. O domínio do território de outrora, construído pelos piauienses do passado, e cuja geração atual continua reproduzindo, baseia-se em um tempo de construção mais lento. Segue uma lógica interna – um “processo de metabolismo com o tempo da natureza” –, que não é a do mercado, ou seja, do trabalho abstrato e, por conseguinte, de relações construídas a partir da mediação do dinheiro. Em outras palavras, o tempo de reprodução da vida nos cerrados piauienses, conduzido especialmente pela população camponesa local, obedece em grande parte ao ritmo da natureza, prevalecendo ainda a lógica do trabalho concreto.

Sobrepondo esse tempo surge um outro que vem se impondo nos últimos anos, o tempo regido pelas leis do capital, é o tempo que deixa sua marca no espaço pela aceleração das transformações. Esse tempo escapa ao controle dos piauienses, ao menos de uma parcela deles, pois é regido por grupos econômicos que impõem a racionalidade do trabalho abstrato. São as empresas associadas a agroindústrias e as famílias migrantes sulistas; estas últimas chegam também sintonizadas com o tempo do capital, mesmo que outrora tenham convivido, em sua região de origem, com a lógica do tempo da natureza. Já estão contaminados (como elas próprias dizem) com o espírito de “empreendedor” capitalista, pois se apropriam da lógica do tempo abstrato para ampliar a riqueza material. Aqui o tempo da natureza é passível de ser controlado ou, ao menos, usar dos mecanismos disponíveis pelo avanço do capital (a tecnologia) para controlar certas intempéries do meio natural. Também já estão simultaneamente sintonizados com o mundo regido pelo tempo acelerado da fluidez das informações, através da cotação no mercado financeiro mundial do preço de suas mercadorias, isto é, das *commodities*, sobretudo a soja. “Aqui nós calculamos diariamente o preço da nossa soja pelo o que é estipulado na bolsa de Chicago”, me referia um migrante modernizado, a respeito de sua sintonia com o mundo globalizado. De posse do discurso modernizador, a população sulista carrega em torno de si aquela ideologia responsável por introduzir nos cerrados piauienses o avanço frente a certo atraso, representado pela parcela da população camponesa incapaz de lidar com os símbolos da modernidade.

Os migrantes sulistas nos cerrados piauienses

As pessoas que se deslocam para o Piauí são originárias, em sua grande maioria, do Sul do Brasil, predominantemente gaúchos e paranaenses; sobressaem os primeiros, no entanto, todos são chamados de “gaúchos”. Invariavelmente são descendentes de europeus, com vínculos marcantes na agricultura, e seguem os costumes dos seus ascendentes que saíram da Europa no século XIX para se aventurarem em terras brasileiras. O que caracteriza a ocupação do sul do Piauí quanto aos migrantes que nos últimos anos se instalaram naquela área é o fato de haver uma diversidade grande de correntes migratórias no que diz respeito ao local de saída. Os cerrados piauienses comportam-se atualmente como uma região de confluência de população sulista, mas que já se desloca, em sua maioria, de outras regiões do Brasil.

Para efeitos de melhor comparação é possível separar o movimento em duas correntes distintas de descendentes de europeus, mas pertencentes a um mesmo grupo cultural. Uma delas (não é a que predomina), tem sua origem diretamente no sul do Brasil, especialmente na região pampiana produtora de grãos do Rio Grande do Sul. Faz parte dessa corrente um grupo expressivo que saiu da região de Santa Rosa/RS e se instalou junto à área adquirida, nos platôs da chapada, entre os municípios piauienses de Bom Jesus e Uruçuí.

A outra corrente, vastíssima quanto à área de abrangência, pertence também aos descendentes de europeus, mas realizam uma segunda ou terceira migração, pois saíram do Sul do Brasil deslocaram-se para outras regiões de fronteira agrícola antes de chegarem ao Piauí. Muitos dessas personagens foram responsáveis pela abertura, para a agricultura capitalista, dos cerrados do Centro-Oeste, ou de outras terras do Brasil e de países vizinhos e, por razões variadas se desfizeram de suas propriedades e dali seguiu adiante rumo ao Piauí. Por vezes, são os filhos que seguem deixando os pais na outra fronteira, cuidando da propriedade adquirida em momentos passados. A antiga propriedade não comportava todos os herdeiros ou ela já havia atingido o seu auge de valorização, por isso a decisão dos mais novos, ou todos os membros da família, procurar outras regiões para continuarem o projeto de se tornarem os donos de suas próprias terras ou ainda ampliarem o seu patrimônio.

Nesse último segmento de migrantes, a maioria é composta de famílias remediadas que chega ao Piauí com capital suficiente para comprar grandes extensões de terras e para montar unidades produtoras de médio e grande

porte. Por vezes, esse migrante ao longo de sua trajetória foi acumulando riquezas, tornando-se inclusive um grande empresário do setor de agronegócios. Mas, na sua origem, ele se encaixa dentro daquele perfil que Santos (1993) identificou nos migrantes que se deslocaram do Sul do Brasil para a Amazônia: tratava-se de camponeses que iam em busca de um pedaço de terra. Tal mobilidade representava o sonho da liberdade, de conquistar o trabalho autônomo.

Além de o maior poder aquisitivo, os migrantes que já saem de uma outra fronteira agrícola apresentam algumas características que também os diferenciam daqueles que atualmente se deslocam diretamente do Sul do Brasil para os cerrados do Piauí. Trata-se do fator cultural. Quero dizer que, apesar de carregarem os costumes do Sul e territorializarem-nos onde se instalam, a distância e a convivência com culturas de outras regiões, onde inclusive muitos nasceram, permitem maior tolerância ou mais receptividade a outros costumes. Nesse sentido, a identidade desse grupo já se recente da distância de tempo e de espaço do núcleo onde irradiou um estilo de vida, marcado pela idéia de tradicionalismo. A corrosão dessa identidade permite que as pessoas aceitem de forma mais espontânea alguns comportamentos da cultura piauiense, até convivendo e se relacionando com ela em algumas manifestações. Não é difícil encontrarmos “gaúchos” em festas de piauienses embalados no ritmo do forró, ou assistirmos casamentos inter-étnicos.

Entre os migrantes da outra corrente, no entanto, o distanciamento da cultura piauiense torna-se mais visível, o estranhamento ao modo de vida nordestino é patente. São grupos mais fechados no sentido de pouco ultrapassar nos seus relacionamentos os limites da rede social, que nesse caso, congrega pessoas não somente com proximidade cultural, mas também geográfica e de certas condições sócio-econômicas.

Apesar das diferenciações apontadas acima, em ambas as correntes a identidade sulista prevalece e os migrantes fazem questão de difundir-la, onde quer que estejam. A instalação dos CTGs (Centro de Tradições Gaúchas) é uma maneira de manifestar suas preocupações em preservar tais identidades, principalmente a identidade gaúcha (HAESBAERT, 1997). Mesmo não existindo ainda esses centros (mas, com projeto de construção), no Sul do Piauí, os novos moradores manifestam preocupações em preservar e divulgar suas tradições nas festas, nas reuniões familiares etc. Nesse sentido, independentemente de que caminhos percorreram até chegar ao Piauí, a cultura gaúcha segue a trajetória do grupo e é re-territorializada, como afirma Haesbaert (1997), onde os migrantes se instalam.

Considerações finais

A mobilidade de população do Sul do Brasil que é destaque em diversos lugares do território brasileiro e em países vizinhos ganha dimensão também nos cerrados nordestinos e, mais recentemente, no Sul do Piauí. A chegada desses grupos passa a ocorrer no Piauí já nos anos 80, entretanto ganha força em meados dos anos 90 em diante e se consolida enquanto movimento capaz de produzir grandes transformações nas formas anteriores de construção do território piauiense, comandadas por uma população com marcante presença de valores camponeses. A lógica de construção do espaço sustentada na maior aproximação do homem com a dinâmica da natureza vai cedendo lugar, com grande rapidez, para a do tempo abstrato, essa última imposta por relações capitalistas centradas na agricultura produtivista, sobretudo da *commodity* soja.

Nesse sentido, os cerrados piauienses tornam-se, no período histórico contemporâneo, parte integrante da territorialização do capital que se mobiliza para aquela região e leva consigo os trabalhadores necessários a sua reprodução. Tais trabalhadores, nesse caso, constituem-se de famílias com certa estrutura econômica a qual foi construída no percurso de sua mobilidade por outras fronteiras agrícolas, permitindo-lhe adquirir terras e maquinários para a prática da agricultura modernizada.

Para se reproduzir, portanto, a partir do setor agroindustrial, o capital coloca em movimento uma categoria específica de trabalhador, aquela que foi moldada para cumprir certas exigências de melhor lidar com as tecnologias capazes de aumentar a produção de maneira mais acelerada de mercadorias. Essa parcela de trabalhadores, que não representa um grande número, é a que hoje mais interessa de ser incluída nas estratégias do capital, pois apresenta maior possibilidade de ampliação da mais-valia, mesmo que ela não se realize diretamente no chão da fábrica. A outra parcela, da imensa maioria dos trabalhadores, é jogada na exclusão e se vê obrigada a perambular incessantemente em direções variadas pelo território brasileiro em busca de trabalho, cada vez mais escasso. O “mapa do emprego”, apontado constantemente na grande mídia como aquele das novas fronteiras agrícolas do interior do Brasil, serve apenas para vender uma ilusão, pois no atual estágio do capitalismo o trabalho morto é cada vez mais presente frente a força-de-trabalho humana.

Notas

- ¹ Nas terras adquiridas por esse grupo de gaúchos (cerca de 80 famílias) projeta-se a construção de uma nova cidade que receberá o nome de “Nova Santa Rosa”.

Referências

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A. & SILVA, P. L. B. (Orgs.). *Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap/Ed. Unesp, 1995.

DINIZ, J. A. F. Modernização e Conflito na Fronteira Ocidental do Nordeste. In: *Geonordeste*, ano I, n. 1, 1984.

GIORDANO, S. R. *Competitividade regional e globalização*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

HAESBAERT, R. Gaúchos e Baianos no Novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. de; et al. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. *Desterritorialização e identidade: a rede “Gaúcha” no Nordeste*. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

SANTOS, J. T. dos. *Matuchos: exclusão e luta. Do Sul do Brasil para a Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

Recebido para publicação nos Anais do
IV Congresso Brasileiro de Geógrafos no mês abril de 2004